

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

entre janeiro e dezembro de 2019, segundo o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), indicando finalmente a tão esperada retomada do emprego. Embora a cobertura de saúde suplementar tenha forte relação com quantidade de empregos formais - cerca de 67% dos beneficiários detinham apólices de planos coletivos em setembro de 2019 - o setor de saúde ainda, não exibiu sinais de retomada, mostrando estabilidade frente a períodos anteriores, indicando inicialmente a tão esperada retomada do emprego.

Apesar da queda do número de desempregados no Brasil, o mercado terminou o ano com 47,0 milhão de beneficiários de planos privados de saúde, com a taxa de cobertura nacional permanecendo estável em 22,5%, segundo a ANS.

O Grupo Notre Dame Intermédica se manteve resiliente frente às adversidades. Em dezembro de 2019, atingimos a marca histórica de 3,0 milhões de beneficiários de planos de saúde, o que representou um crescimento de 37,1% em relação a dezembro de 2018 e alcançamos 2,6 milhões de beneficiários de planos odontológicos, com um expressivo crescimento de 35,4% na base de beneficiários em relação a dezembro de 2018.

**Crescimento por aquisições (M&A)**

Continuamos em 2019 com a expansão de nossas operações através de aquisições bastante estratégicas para nosso negócio. Em julho de 2019, foi consumada a nossa primeira aquisição de uma operadora especializada em planos odontológicos. A Belo Dente detém uma carteira de aproximadamente 350 mil beneficiários, sendo 98% pertencente à categoria de planos coletivos, abrangendo principalmente os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

O GNDI celebrou, em outubro de 2019, acordo de intenção de compra e venda de ações do grupo São Lucas, o qual possui uma carteira de aproximadamente 87 mil beneficiários de planos de saúde e conta com 3 centros clínicos e um hospital com 80 leitos (sendo 14 leitos de UTI). A operação foi concluída em janeiro de 2020. Já em novembro de 2019, foram adquiridos o Grupo Gheffond, especializado em exames de imagem, com 12 unidades próprias, portas de coleta de exames laboratoriais, 19 equipamentos de ressonância magnética e dois equipamentos de radioterapia para tratamento oncológico, e o grupo SMEDSJ, o qual opera hospital com 40 leitos (sendo 31 leitos de UTI), 3 centros clínicos e uma carteira de aproximadamente 17 mil beneficiários de planos de saúde em São Gonçalo (RJ).

Por fim, em dezembro de 2019 a Companhia celebrou o acordo de compra e venda da Ecole, uma operadora de saúde com aproximadamente 45 mil beneficiários no Estado de São Paulo, os quais estão concentrados principalmente na região metropolitana de São Paulo, e 53,9% pertencentes à categoria corporata/PME. A Ecole apresentou um faturamento líquido de R\$568 milhões em 2018, com sinistralidade-caixa de 76,8%.

**Expansão Orgânica de Nossa Rede Própria de Atendimento**

Nos últimos anos um amplo programa de reforma de hospitais e centros clínicos tem sido implementado com o objetivo de aprimorar ainda mais a rede oferecida aos nossos beneficiários.

Em 2019, inauguramos o Pronto Socorro em Itaquera com 29 consultórios, concluímos a mudança do Centro Clínico de Itapevi, com 27 consultórios, além da revitalização do NotreLabs de Ribeirão Pires e a ampliação do NotreLabs de Alphaville.

Em março de 2019, inauguramos o Hospital e Maternidade NotreCare ABC, localizado em São Bernardo do Campo. Com capacidade de atendimento e tecnologia de ponta, o Hospital tem como foco atendimento obstétrico. São 7.455 m² de terreno construído e 97 Leitos, sendo 10 para UTI Adulto e 10 para UTI Neonatal, além de sete salas para cirurgias e partos, todas equipadas com tecnologia de última geração e capacidade para realizar até 750 procedimentos por mês. Conta, ainda, com um Centro de Diagnósticos, oferecendo exame de tomografia, ultrassom, raios x e uma unidade do Laboratório NotreLabs, para coleta de análises clínicas.

A estratégia de verticalização também foi reforçada com a inauguração do Laboratório Central (NotreLabs) localizado na cidade de São Paulo, com capacidade de processamento de 3,0 milhões de exames de análises clínicas, podendo chegar até 5,0 milhões de exames com futuras ampliações.

Em 31 de dezembro de 2019 a rede própria do Grupo Notre Dame Intermédica era composta por 20 hospitais, 20 prontos-socorros, 69 centros clínicos e 11 unidades de tratamento preventivo.

A busca pelo aprimoramento contínuo da qualidade e excelência na prestação de serviços de assistência integral à saúde é incessante, e por isso continuamos a realizar investimentos relevantes em nossos ativos e operações. Como reconhecimento deste aprimoramento obtivemos em 2019 a creditação ONA 1 nos hospitais Cruzeiro do Sul e Nova Vida, ONA 2 nos hospitais Guarulhos, Frei Galvão e Family e creditação ONA 3 no hospital Nossa Senhora do Rosário, Modelo e Renascença Campinas. A Companhia conta, atualmente, com 12 hospitais certificados pela Organização Nacional de Acreditação ("ONA") e um hospital com certificação de qualidade Qmentum pela Accreditation Canada International.

Os resultados obtidos em 2019 fortalecem nossa certeza de que estamos no caminho certo, oferecendo uma proposta de valor inigualável a nossos clientes, provendo atendimento de qualidade a preços acessíveis.

**Desempenho Econômico Financeiro**

A Contraprestação Efetiva de plano de assistência à saúde cresceu 18,2% no período, passando de R\$ 5,5 bilhões em 2018 para R\$ 6,5 bilhões em 2019, tendo sido observado crescimento em cada uma das nossas principais linhas de receita: planos de saúde, planos odontológicos.

A Receita de assistência à saúde não relacionado com plano cresceu 31,1% no período, passando de R\$ 386,2 milhões em 2018 para R\$ 506,5 milhões em 2019, tendo sido observado crescimento principalmente na venda de serviços médico-hospitalares para outros planos de saúde.

Embora os Eventos Indenizáveis Líquidos tenham se mantido relativamente estáveis, continuamos a observar uma contínua melhoria em nosso custo-caixa (excluindo as provisões para PEONA, SUS e depreciação) que foram diluídos de 71,5% da receita líquida em 2018 para 70,2% em 2019. O controle do custo tem, como principal alavanca, nossa estratégia de verticalização, que permite melhor controle da cadeia na prestação de serviços médicos aos nossos beneficiários. Uma vez atingida a completa integração das aquisições realizadas ao longo de 2019, esperamos a continuidade dos ganhos obtidos na frente de custos médico-hospitalares.

As despesas operacionais, incluindo administrativas e comerciais totalizaram R\$ 1.051,3 bilhões, passando de 16,4% da Contraprestação Efetiva de plano de assistência à saúde em 31 de dezembro de 2018 para 16,1% em 31 de dezembro de 2019, fruto de uma busca constante por melhorias de eficiência e redução de custos. A produtividade se traduz em ganho de escala conforme crescemos nosso negócio e adquirimos novas empresas com significativos ganhos de sinergia ao longo do tempo.

O lucro líquido do exercício findo em dezembro de 2019 atingiu R\$ 609,6 milhões, um crescimento de 23,9% em relação ao ano anterior.

**Investimento de Capital**

No ano de 2019, a Notre Dame Participações S.A. e suas controladas mantiveram o ritmo de investimentos no campo. Com capacidade de investimento de R\$ 644,1 milhões foi destinado para a aquisição dos grupos Mediplan, Belo Dente, SMEDSJ e Gheffond.

**Endividamento**

Em 31 de dezembro de 2019, como parte da estratégia de capitalizar a Companhia com vistas a continuar com um financiamento saudável de nossas M&As, possuíamos uma posição líquida de caixa de R\$ 317,8 milhões. Nosso endividamento total (representado pela soma dos empréstimos e financiamentos e débitos diversos) é de R\$ 253,4 milhões em 2019, tendo sido observado crescimento em relação a dezembro de 2018 de R\$ 1,1 milhão, já o montante de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 1.336,6 bilhões.

A Companhia capturou no exercício de 2019, 1 série de debêntures cada, somando R\$ 800 milhões com as seguintes características.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

	31 de dezembro de	
	2019	2018
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>2.374.529</b>	<b>1.709.974</b>
Disponível	6 144.561	115.616
Realizável	2.229.968	1.594.358
Aplicações financeiras	1.192.138	895.504
Aplicações geridas por controladoras de provisões técnicas	7 653.691	560.595
Aplicações livres	7 538.447	334.812
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	8 217.361	175.207
Contraprestações pecuniárias a receber	208.538	167.499
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis	8.823	7.771
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	8 198.044	85.390
Despesas diferidas	9 186.085	143.583
Créditos tributários e previdenciários	10 82.051	33.575
Bens e títulos a receber	11 345.766	254.257
Despesas antecipadas	8.523	6.779
<b>Ativo não circulante e setorial</b>	<b>6.080.144</b>	<b>2.845.385</b>
Realizável a longo prazo	1.943.650	1.004.612
Aplicações financeiras	7 -	28.427
Aplicações livres	7 -	28.427
Títulos e créditos a receber	12 19.664	16.471
Despesas de comercialização diferidas	9 178.748	112.727
Ativo fiscal diferido	13 440.826	354.372
Depósitos judiciais e fiscais	14 411.422	252.498
Outros créditos a receber a longo prazo	15 892.990	240.117
<b>Investimentos</b>	<b>16 1.074.699</b>	<b>661.036</b>
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	1.074.698	661.036
Participações societárias - Operadora de planos de assistência à saúde	587.379	112.237
Participações societárias em rede assistencial	153.874	70.306
Outros investimentos	11 -	-
<b>Imobilizado</b>	<b>17 1.434.016</b>	<b>716.062</b>
Imóveis de uso próprio	461.366	402.746
Imóveis - Hospitalares/Odontológicos	384.206	398.722
Imóveis - Não Hospitalares/Odontológicos	77.160	4.024
Imobilizado de uso próprio	707.674	140.024
Imobilizado - Hospitalares/Odontológicos	195.087	114.878
Imobilizado - Não Hospitalares/Odontológicos	512.587	25.146
Imobilizações em curso	224.367	(14.620)
Outras imobilizações	40.609	54.672
Intangível	18 1.627.779	463.675
<b>Total do ativo</b>	<b>8.454.673</b>	<b>4.555.359</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

	31 de dezembro de	
	2019	2018
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>1.911.216</b>	<b>1.592.179</b>
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	19 946.077	672.410
Provisão de contraprestações	104.097	69.155
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)	103.643	68.752
Provisão de eventos liquidar para SUS	454	403
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	163.748	57.447
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	396.119	326.169
Débitos de operações de assistência à saúde	282.113	219.639
Contraprestações/prêmios a restituir	17.809	9.221
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	130	88
Comercialização sobre operações	13.242	5.731
Operadoras de planos de assistência à saúde	4.415	3.402
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora	22	-
Provisões	1.739	1.674
Provisões para imposto de renda e contribuição social	51.128	-
Tributos e encargos sociais a recolher	15.128	-
Empréstimos e financiamentos a pagar	20 341.315	232.324
Debêntures a pagar	22 202.597	133.086
Debêntures diversas	23 18.289	350.286
Débitos diversos	21 332.262	193.178
<b>Não circulante</b>	<b>2.603.362</b>	<b>884.436</b>
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	19 342.305	106.832
Provisão para remissão	672	494
Provisão de eventos a liquidar para SUS	341.633	106.338
Provisões	395.768	424.065
Provisões para tributos diferidos	13 115.230	74.495
Provisões para ações judiciais	24 820.538	349.592
Tributos e encargos sociais a recolher	26.979	5.256
Parcelamento de tributos e contribuições	26.979	5.256
Empréstimos e financiamentos a pagar	22 -	132.885
Debêntures a pagar	23 798.117	-
Débitos diversos	21 500.193	215.376
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>25 3.940.095</b>	<b>2.078.744</b>
Capital social	2.457.225	1.093.355
Reservas:	1.482.870	985.389
Reserva de reserva de capital	46.326	42.928
Reserva legal	117.218	86.739
Reservas de lucros	1.318.724	851.725
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>8.454.673</b>	<b>4.555.359</b>

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>	<b>2.374.529</b>	<b>1.709.974</b>	<b>1.911.216</b>	<b>1.592.179</b>
Disponível	6 144.561	115.616	19 946.077	672.410
Realizável	2.229.968	1.594.358	104.097	69.155
Aplicações financeiras	1.192.138	895.504	103.643	68.752
Aplicações geridas por controladoras de provisões técnicas	7 653.691	560.595	454	403
Aplicações livres	7 538.447	334.812	163.748	57.447
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	8 217.361	175.207	396.119	326.169
Contraprestações pecuniárias a receber	208.538	167.499	282.113	219.639
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis	8.823	7.771	17.809	9.221
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	8 198.044	85.390	130	88
Despesas diferidas	9 186.085	143.583	13.242	5.731
Créditos tributários e previdenciários	10 82.051	33.575	4.415	3.402
Bens e títulos a receber	11 345.766	254.257	22	-
Despesas antecipadas	8.523	6.779	1.739	1.674
<b>Ativo não circulante e setorial</b>	<b>6.080.144</b>	<b>2.845.385</b>	<b>51.128</b>	<b>1.674</b>
Realizável a longo prazo	1.943.650	1.004.612	51.128	-
Aplicações financeiras	7 -	28.427	20 341.315	232.324
Aplicações livres	7 -	28.427	22 202.597	133.086
Títulos e créditos a receber	12 19.664	16.471	23 18.289	350.286
Despesas de comercialização diferidas	9 178.748	112.727	21 332.262	193.178
Ativo fiscal diferido	13 440.826	354.372	<b>2.603.362</b>	<b>884.436</b>
Depósitos judiciais e fiscais	14 411.422	252.498	19 342.305	106.832
Outros créditos a receber a longo prazo	15 892.990	240.117	672	494
<b>Investimentos</b>	<b>16 1.074.699</b>	<b>661.036</b>	341.633	106.338
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	1.074.698	661.036	395.768	424.065
Participações societárias - Operadora de planos de assistência à saúde	587.379	112.237	13 115.230	74.495
Participações societárias em rede assistencial	153.874	70.306	24 820.538	349.592
Outros investimentos	11 -	-	26.979	5.256
<b>Imobilizado</b>	<b>17 1.434.016</b>	<b>716.062</b>	26.979	5.256
Imóveis de uso próprio	461.366	402.746	22 -	132.885
Imóveis - Hospitalares/Odontológicos	384.206	398.722	23 798.117	-
Imóveis - Não Hospitalares/Odontológicos	77.160	4.024	21 500.193	215.376
Imobilizado de uso próprio	707.674	140.024	25 3.940.095	2.078.744
Imobilizado - Hospitalares/Odontológicos	195.087	114.878	2.457.225	1.093.355
Imobilizado - Não Hospitalares/Odontológicos	512.587	25.146	1.482.870	985.389
Imobilizações em curso	224.367	(14.620)	46.326	42.928
Outras imobilizações	40.609	54.672	117.218	86.739
Intangível	18 1.627.779	463.675	1.318.724	851.725
<b>Total do ativo</b>	<b>8.454.673</b>	<b>4.555.359</b>	<b>8.454.673</b>	<b>4.555.359</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reservas de capital	Legal	Reservas de lucros Estatutária	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		763.354	46.928	62.137	502.850	-	1.375.269
Aumento de capital		330.001	-	-	-	-	330.001
Adoção do IFRS15 em 1 de Janeiro de 2018		-	-	-	(5.725)	-	(5.725)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	491.987	491.987
<b>Proposta para destinação do lucro:</b>							
Reserva Legal		-	-	24.599	-	(24.599)	-
Reserva estatutária		-	-	-	354.600	(354.600)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	(52.336)	(52.336)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(60.452)	(60.452)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		1.093.355	46.928	86.736	851.725	-	2.078.744
Aumento de capital		1.363.870	-	-	-	-	1.363.870
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	609.646	609.646
<b>Proposta para destinação do lucro:</b>							
Reserva Legal		-	-	30.482	-	(30.482)	-
Reserva estatutária		-	-	-	465.264	(465.264)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	1.735	-	1.735
Juros sobre capital próprio		25.c	-	-	(14.400)	(14.400)	-
Juros sobre capital próprio		25.c	-	-	(99.500)	(99.500)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		2.457.225	46.928	117.218	1.318.724	-	3.940.095

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

**1.1. Notre Dame Intermédica Saúde S.A.** (doravante denominada por "Companhia" ou "Operadora"), empresa controlada pela BCBF Participações S.A. (BCBF), com sede em São Paulo na Avenida Paulista, nº 867 - Bela Vista, Estado de São Paulo, tem por objetivo a prestação de serviços nos campos da medicina, odontologia e hospitalar, abrangendo a operação de hospitais, laboratórios e centros clínicos próprios ou pela celebração de contratos de assistência médica com pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas ou particulares e participação como sócia, acionista ou quotista no capital de outras sociedades.

A Companhia é Controladora Direta das empresas Hospital São Bernardo S.A., Mediplan Assistencial Ltda., Hospital Samaritano Ltda., Hospital e Maternidade Samaritano S.A., Belo Dente Odontologia Ltda., SMEDSJ - Serviços Médicos São José Ltda., Nanci & Cia Ltda., Gheffond Participações S.A. e Indinela das Empresas C & M Associados Serviços Médicos Ltda., Ultra Diagnóstico Ltda., Slim Bem Estar e Saúde Clínica Ltda., Dr. Gheffond Diagnóstico Médico Ltda., Instituto Tomográfico de Guarulhos Ltda., Medix Diagnóstica Ltda., Ecolimfang Diagnóstico por Ultra Som Ltda., que são entidades de capital fechado, reguladas ou não pela Agência Nacional de Saúde - ANS e têm por objeto social a prestação de serviços hospitalares destinados a tratamentos médico-cirúrgicos em geral, odontológico e atividades afins, conexas e correlatas.

**2. REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS**

A Companhia por meio do seu plano estratégico de contínuo crescimento e expansão por via de aquisições e reestruturação societária, realizou os seguintes eventos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

a) **Incorporação - Hospital e Maternidade Nova Vida Ltda. e Med Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda.** Conforme a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma)

c) Incorporação - Largent Empreendimentos e Participações Ltda., Laboratório de Análises Clínicas Pedro Bonelli S.A. e Samed Serviços de Assistência Médica, Odontológica e Hospitalar S.A. Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de março de 2019, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para a incorporação das empresas Largent Empreendimentos e Participações Ltda., Laboratório de Análises Clínicas Pedro Bonelli S.A. e Samed - Serviços de Assistência Médica, Odontológica e Hospitalar S.A., pela Companhia. Os saldos de avaliação do patrimônio líquido contábil daquelas empresas foram emitidos em 31 de janeiro de 2019 por empresa independente com data-base de 31 de janeiro de 2019.

A incorporação ocorreu em 1º de março de 2019 com data-base de 28 de fevereiro de 2019, tendo em vista que as Companhias pertencem ao Grupo Notre Dame Intermédica e seu objetivo é racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional.

Os saldos incorporados são os seguintes:

	Acervo Laudo	Acervo Incorporado
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>3.246</b>	<b>3.141</b>
Disponível	301	278
Realizável	2.945	2.863
Aplicações financeiras	2.380	2.303
Aplicações livres	2.380	2.303
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	52	52
Bens e títulos a receber	513	513
<b>Ativo não circulante</b>	<b>19.226</b>	<b>19.226</b>
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	5.462	19.025
Participações societárias - Operadora de planos de assistência à saúde	5.462	19.025
Imobilizado	201	201
Outras imobilizações	201	201
<b>Total do ativo</b>	<b>8.909</b>	<b>22.367</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>4.758</b>	<b>3.327</b>
Tributos e encargos sociais a recolher	15	15
Empréstimos e financiamentos a pagar	2.233	2.510
Débitos diversos	2.510	3.312
<b>Não circulante</b>	<b>1.405</b>	<b>2.771</b>
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	118	117
Parcelamento de tributos e contribuições	118	117
Empréstimos e financiamentos a pagar	485	2.654
Débitos diversos	802	-
<b>Total do passivo</b>	<b>6.163</b>	<b>6.098</b>
<b>Total do ativo líquido</b>	<b>2.746</b>	<b>16.269</b>

Laboratório de Análises Clínicas Pedro Bonelli S.A.

	Acervo Laudo	Acervo Incorporado
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>3.927</b>	<b>3.909</b>
Disponível	932	289
Realizável	2.995	3.620
Aplicações financeiras	524	406
Aplicações livres	524	406
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	775	1.463
Créditos tributários e previdenciários	836	826
Bens e títulos a receber	860	920
Despesas antecipadas	646	646
<b>Não circulante</b>	<b>3.386</b>	<b>3.389</b>
Ativo fiscal diferido	738	721
Investimentos	6	6
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	6	6
Outros investimentos	6	6
Imobilizado	2.642	2.603
Imobilizado de uso próprio	2.642	2.603
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos	2.642	2.603
<b>Total do ativo</b>	<b>7.313</b>	<b>7.299</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>1.175</b>	<b>1.137</b>
Tributos e encargos sociais a recolher	1.175	1.137
Empréstimos e financiamentos a pagar	648	720
Débitos diversos	4.663	4.559
<b>Não circulante</b>	<b>3.756</b>	<b>2.549</b>
Provisões	116	39
Provisões para tributos diferidos	116	-
Provisões para ações judiciais	-	39
Tributos e encargos sociais a recolher	702	697
Parcelamento de tributos e contribuições	1.942	1.813
Empréstimos e financiamentos a pagar	904	904
Débitos diversos	792	697
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>10.242</b>	<b>8.965</b>
<b>Total do ativo líquido</b>	<b>(2.929)</b>	<b>(1.726)</b>

Samed - Serviços de Assistência Médica, Odontológica e Hospitalar S.A.

	Acervo Laudo	Acervo Incorporado
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>49.625</b>	<b>42.342</b>
Disponível	3.956	2.614
Realizável	45.669	39.728
Aplicações financeiras	27.746	27.746
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	27.746	27.746
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	3.407	2.445
Contraprestações pecuniárias a receber	3.407	2.445
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	5.472	-
Créditos tributários e previdenciários	836	284
Bens e títulos a receber	8.572	9.045
Despesas antecipadas	188	78
<b>Não circulante</b>	<b>36.727</b>	<b>36.873</b>
Realizável a longo prazo	36.727	31.383
Aplicações financeiras	59	58
Aplicações livres	59	58
Ativo fiscal diferido	14.037	14.237
Depósitos judiciais e fiscais	11.760	11.760
Outros créditos a receber a longo prazo	5.272	5.272
Imobilizado	5.599	5.546
Outras imobilizações	5.599	5.546
Hospitalares	5.599	5.546
<b>Total do ativo</b>	<b>86.352</b>	<b>79.215</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>33.703</b>	<b>11.132</b>
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	21.046	4.173
Contraprestações	6.188	-
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)	6.188	-
Provisão de eventos a liquidar para SUS	602	650
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	-	2.917
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	14.256	606
Débitos de operações de assistência à saúde	1.046	1.032
Contraprestações a restituir	389	413
Comercialização sobre operações	57	619
Provisões	5	-
Provisões para ações judiciais	5	-
Tributos e encargos sociais a recolher	8.218	2.939
Parcelamento de tributos e contribuições	600	583
Empréstimos e financiamentos a pagar	2.788	2.405
Débitos diversos	46.912	47.036
<b>Não circulante</b>	<b>102</b>	<b>99</b>
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	102	99
Provisão de eventos a liquidar para SUS	102	99
Provisões	39.515	39.758
Provisões para ações judiciais	39.515	39.758
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	5.577	5.518
Parcelamento de tributos e contribuições	5.577	5.518
Empréstimos e financiamentos a pagar	1.429	1.429
Débitos diversos	242	232
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>80.615</b>	<b>58.168</b>
<b>Total do ativo líquido</b>	<b>5.737</b>	<b>21.047</b>

d) Incorporação - Green Line Sistema de Saúde S.A.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 8 de outubro de 2019, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para a incorporação da Companhia Green Line Sistema de Saúde S.A. pela Operadora. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da Companhia foi emitido em 25 de novembro de 2019 por empresa independente com data-base de 31 de outubro de 2019.

A incorporação ocorreu em 2 de dezembro de 2019 com data-base de 30 de novembro de 2019, tendo em vista que a companhia pertence ao Grupo Notre Dame Intermédica e seu objetivo é racionalizar e unificar as atividades operacionais e administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional.

Os saldos incorporados são os seguintes:

	Acervo Laudo	Acervo Incorporado
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>181.823</b>	<b>204.262</b>
Disponível	6.544	8.432
Realizável	175.266	195.830
Aplicações financeiras	79.453	75.821
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	79.453	75.821
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	38.300	28.595
Contraprestações pecuniárias a receber	38.300	28.595
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	2.291	24.516
Despesas tributárias	13.443	13.443
Créditos tributários e previdenciários	17.332	23.413
Bens e títulos a receber	26.816	30.042
Despesas antecipadas	11.074	-
<b>Não circulante</b>	<b>1.809.077</b>	<b>1.801.115</b>
Realizável a longo prazo	1.809.077	289.105
Títulos e créditos a receber	375	375
Ativo fiscal diferido	86.864	87.930
Depósitos judiciais e fiscais	11.553	15.530
Outros créditos a receber a longo prazo	175.384	177.170
Investimentos	4	4
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	4	4
Participações societárias - Operadora de planos de assistência à saúde	4	4
Imobilizado	483.928	489.733
Imobilizado - Não Hospitalares/Odontológicos	483.928	489.733
Hospitalares	7.963.600	83.373
Intangíveis	1.051.344	1.038.373
<b>Total do ativo</b>	<b>1.990.900</b>	<b>2.013.377</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>280.138</b>	<b>309.629</b>
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	143.497	142.048
Contraprestações	35.145	36.388
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)	35.145	36.388
Provisão de eventos a liquidar para SUS	48.525	48.527
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	29.761	28.040
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	30.066	29.087
Débitos de operações de assistência à saúde	3.232	3.232
Receita antecipada de contraprestações (PEONA)	-	1.546
Comercialização sobre operações	-	1.686
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	8.749	25.220
Provisões	-	25.220
Provisões para ações judiciais	8.749	-
Tributos e encargos sociais a recolher	23.139	23.139
Parcelamento de tributos e contribuições	148	29.990
Empréstimos e financiamentos a pagar	127.744	82.491
Débitos diversos	646.892	630.387
<b>Não circulante</b>	<b>73.668</b>	<b>73.668</b>
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	73.668	73.668
Provisão de eventos a liquidar para SUS	-	-
Provisões	288.851	283.888
Provisões para tributos diferidos	-	1.624
Provisões para ações judiciais	288.851	282.264
Tributos e encargos sociais a recolher	20.442	17.713
Parcelamento de tributos e contribuições	20.442	17.713
Empréstimos e financiamentos a pagar	18.569	18.569
Débitos diversos	337.591	255.118
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>927.030</b>	<b>940.016</b>
<b>Total do ativo líquido</b>	<b>1.063.870</b>	<b>1.073.361</b>

e) Cessão de Quotas - Belo Dente Odontologia Ltda. Conforme instrumento de alteração e consolidação contratual (ACS) da Belo Dente Odontologia Ltda., realizado em 21 de outubro de 2019, foi aprovado a cessão de 1 quota a título oneroso da Companhia para a Controladora BCBF Participações S.A., totalmente integralizada, com tudo que ela representa, livre e desembaraçada de quaisquer ônus e/ou encargos de qualquer natureza.

f) Aquisição - Grupo Mediplan

Em 29 de maio de 2019 a Companhia concretizou o fechamento da operação de aquisição do Grupo Mediplan e assumiu o controle das Empresas Mediplan Assistencial Ltda., Operadora e Maternidade Samaritano Ltda. e Hospital Samaritano Ltda.

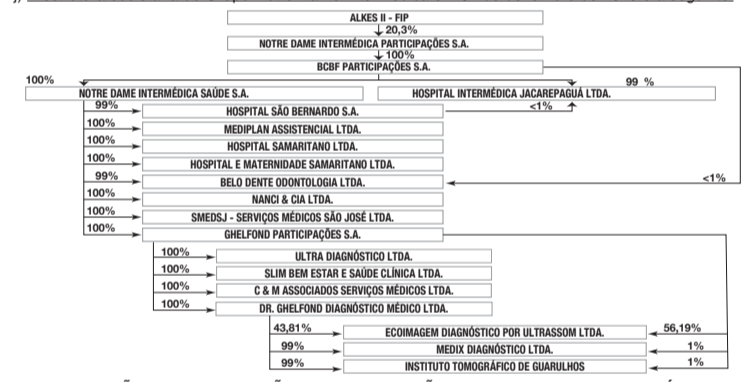
O valor da aquisição é de R\$ 306.532, conforme contrato assinado e foi pago em 29 de maio de 2019, sendo uma parcela à vista de R\$ 266.532 e permanecendo uma parcela retida no montante de R\$ 40.000 para fazer face às eventuais contingências ocorrendo do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual.

	Mediplan
Parcela à vista	266.532
Parcela retida	40.000
Total contraprestação	306.532
Ajuste a valor presente sobre parcela retida	(7.116)
Contraprestação líquida	299.416
Parcela retida - o contrato prevê a retenção de uma parcela do preço de aquisição, por um período de 6 anos a partir da data de fechamento, de forma a garantir as obrigações de indenização da vendedora, devendo ser liberada total ou parcialmente. O valor será atualizado pela variação de 90% do CDI. Essa parcela foi ajustada a valor presente para melhor refletir as taxas condizentes com as prevalentes no mercado face as condições econômicas do Grupo.	
Em 23 de maio de 2019, a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) por meio do ato de concentração 08700.005705/2018-5.	
Em 22 de outubro de 2018, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou, por meio do ofício nº 20/2019/ASSNT - DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE, a aquisição do grupo Mediplan pela Companhia.	
g) Aquisição - Belo Dente Odontologia	
Em 4 de julho de 2019 a Companhia concretizou o fechamento da operação de aquisição e assumiu o controle da Empresa Belo Dente Odontologia Ltda., localizada na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais.	
O valor de aquisição foi de R\$ 80.000, conforme contrato assinado em 4 de julho de 2019, e foi paga uma parcela à vista de R\$ 64.000, permanecendo uma parcela retida no montante de R\$ 16.000, amortizada anualmente, no prazo de 6 anos da data de fechamento, conforme determinado em cláusula contratual.	
Parcela à vista	64.000
Parcela retida	16.000
Total contraprestação	80.000
Ajuste a valor presente sobre parcela retida	(2.537)
Contraprestação líquida	77.463
Parcela retida - o contrato prevê a retenção de uma parcela do preço de aquisição, por um período de 6 anos após a data de fechamento, de forma a garantir as obrigações de indenização da vendedora, devendo ser liberada parcialmente. O valor será atualizado pela variação de 95% do CDI. Essa parcela foi ajustada a valor presente para melhor refletir as taxas condizentes com as prevalentes no mercado face as condições econômicas do Grupo.	
Em 3 de julho de 2019 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou, por meio do ofício nº 74/2019/ASSNT - DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE, a aquisição da Belo Dente Odontologia Ltda..	
h) Aquisição - Grupo Ghelfond	
Em 28 de novembro de 2019 a Companhia concretizou o fechamento da operação de aquisição e assumiu o controle do Grupo Ghelfond, composto pelas companhias Ghelfond Participações S.A., Dr. Ghelfond Diagnóstico Médico Ltda., Ultra Diagnóstico Ltda., Instituto Tomográfico de Guarulhos Ltda., Ecoimagem Diagnóstico por Ultra Som Ltda., Medix Diagnóstico Ltda., C&M Associados Serviços Médicos Ltda., Slim Bem Estar e Saúde Clínica Médica Ltda. localizado na região da Grande São Paulo, no estado de São Paulo.	
O valor de aquisição foi de R\$ 158.552, conforme contrato assinado em 28 de novembro de 2019, e foi paga uma parcela à vista de R\$ 143.455, conforme contrato assinado em 18 de novembro de 2019, e foi paga uma parcela à vista de R\$ 88.455, permanecendo uma parcela retida no montante de R\$ 25.000, amortizado anualmente, no prazo de 6 anos da data de fechamento, conforme determinado em cláusula contratual.	
Parcela à vista	143.455
Parcela retida	10.000
Parcela intermediária	3.000
Total contraprestação	156.455
Ajuste a valor presente sobre parcela retida	(1.091)
Contraprestação líquida	155.471
Parcela retida - o contrato prevê a retenção de uma parcela do preço de aquisição, por um período de 6 anos após a data de fechamento, de forma a garantir as obrigações de indenização da vendedora, devendo ser liberada parcialmente. O valor será atualizado pela variação de 105% do CDI. Essa parcela foi ajustada a valor presente para melhor refletir as taxas condizentes com as prevalentes no mercado face as condições econômicas do Grupo.	
Em 11 de novembro de 2019 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou, por meio do ato de concentração nº 08700.004650/2019-31, a aquisição do Grupo Ghelfond.	
i) Aquisição Grupo SMEDSJ	
Em 18 de novembro de 2019 a Companhia concretizou o fechamento da operação de aquisição e assumiu o controle do Grupo SMEDSJ, composto pelas Empresas SMEDSJ - Serviços Médicos São José Ltda. e Nanci & Cia Ltda., localizadas na cidade de São Gonçalo, no estado de Rio de Janeiro.	
O valor de aquisição foi de R\$ 113.455, conforme contrato assinado em 18 de novembro de 2019, e foi paga uma parcela à vista de R\$ 88.455, permanecendo uma parcela retida no montante de R\$ 25.000, amortizado anualmente, no prazo de 6 anos da data de fechamento, conforme determinado em cláusula contratual.	
Parcela à vista	88.455
Parcela retida	25.000
Total contraprestação	113.455
AVP	(3.611)
Contraprestação líquida	109.843

Parcela retida - o contrato prevê a retenção de uma parcela do preço de aquisição, por um período de 6 anos após a data de fechamento, de forma a garantir as obrigações de indenização da vendedora, devendo ser liberada parcialmente. O valor será atualizado pela variação de 105% do CDI. Essa parcela foi ajustada a valor presente para melhor refletir as taxas condizentes com as prevalentes no mercado face as condições econômicas do Grupo.

Em 11 de novembro de 2019 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou, por meio do ato de concentração nº 08700.004650/2019-31, a aquisição do Grupo Ghelfond.

j) A estrutura societária do Grupo Notre Dame Intermédica em 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:



3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela ANS, de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas instituído pela Resolução Normativa Nº 435 de 23 de novembro de 2018.

A Companhia a ela inobstar estas Demonstrações Financeiras, utiliza os seguintes métodos de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; e (iii) necessidade e informacionais das informações das Demonstrações Financeiras. Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes utilizadas nas Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às práticas de sua área na gestão da Companhia.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração em 27 de março de 2020.

b) Base de mensuração

A preparação das Demonstrações Financeiras pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção do que se segue:

- Ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

c) Continuidade

A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

d) Reclassificação de valores correspondentes

A Companhia está reclassificando, para melhor comparabilidade e apresentação, as Demonstrações Financeira emitida originalmente em 28 de março de 2019, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Na reclassificação foram efetuadas alterações na divulgação da estrutura da Demonstração do resultado do exercício e notas explicativas citadas abaixo:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)**

Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos.

Em caso de prejuízo de baixa quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustado de forma prospectiva, quando for o caso.

**h) Intangível**  
Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e, após o reconhecimento inicial, apresentados ao custo, menos amortização e/ou perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida, sendo que os ativos intangíveis com vida útil econômica definida são amortizados pelo método linear, pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 18 e avaliados por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria da despesa consistente com a sua utilização.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios, reconhecidos separadamente do ativo, são registrados pelo valor justo na data da aquisição. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, tais ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

**i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**  
A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes não relacionadas e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa, para os quais os ativos estavam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com função ao ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ativo, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuir. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução do valor recuperável do ativo é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

Em caso de desvalorização é reconhecida para a unidade geradora de caixa ao qual o ativo esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ativo alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

**j) Ativo**  
O ativo resultante de uma combinação de negócios é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquirentes. Após o reconhecimento inicial, o ativo é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas por valor recuperável.

Para fins de teste do valor recuperável (impairment), o ativo é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa (UGCs) da Companhia (ou grupos de UGCs) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As UGCs às quais o ativo foi alocado são submetidas anualmente a teste de *impairment* ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma UGC poderá apresentar *impairment*. Se o valor recuperável da UGC for menor que o valor contábil, a perda por *impairment* é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ativo UGC e, posteriormente, aos outros ativos da UGC. A perda é reconhecida, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por *impairment* de ativo é reconhecida diretamente no resultado do exercício.

**k) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde**  
Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Devido as atividades operacionais da Companhia certas provisões são requeridas conforme abaixo:

A provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), é constituída para a cobertura de eventos ocorridos e não avisados, conforme a Resolução Normativa (RN) 209/2009, alterada pelas RNs 227/2010, 243/2010, 246/2011, 313/2012, 393/2015 e 442/2018, sendo calculada com base em nota técnica atuarial submetida e aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

A provisão para eventos a liquidar é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço (RN 290/2012, alterada pelas RNs 418/2016 e 435/2018).

A provisão de indenização é constituída para os beneficiários que ficaram isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato.

A provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS - Operadora Sistema Integrado de Saúde correspondente aos custos de assistência dos seus beneficiários que utilizaram a rede de atendimento à saúde pública. As Operadoras devem registrar o ressarcimento ao SUS em sua escrituração contábil na rubrica "Sistema Único de Saúde - SUS" - (nota explicativa nº 28) em contra partida "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde" registrado na rubrica "Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS" - nota explicativa nº 19) no passivo circulante e não circulante.

Conforme Resolução Normativa 227/2010 alterada pela Resolução 329/2013 e 392/2015, 419/16, 427/17 e 430/17, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, são estabelecidas regras para constituição de provisões técnicas. Tais regras exigem que a operadora vincule seus ativos financeiros no montante mínimo pela RN para cobrir as contraprestações.

**l) Passivos financeiros**  
Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros" pelo método de custo.

**m) Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes**  
A avaliação das contingências passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Orientações Contábeis - CPC.

As provisões para riscos são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; a similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados.

Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação à sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras individuais, de acordo com a legislação aplicável.

Os passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

**n) Tributos diretos**  
**Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - correntes**  
Os passivos de tributos correntes referentes aos exercícios correntes e anteriores são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

A Companhia adota para a apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social o Lucro Real - após o Lucro Líquido são realizados ajustes conforme legislação vigente para a determinação da Base de Cálculo do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre o parcela do lucro tributável excedente de R\$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado com a legislação vigente para a determinação da base de cálculo dos funcionários.

**Imposto de renda e contribuição social - diferido**  
Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ativo ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios, e na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimento em Controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo;

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal);
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimento em Controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e na lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

**o) Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a funcionários**  
A Companhia concede a seus executivos o benefício de assistência à saúde pós-emprego. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Mensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite dos ativos, excluindo os juros líquidos, e o retorno sobre ativos do plano, excluindo juros líquidos, são reconhecidas imediatamente no balanço patrimonial, com correspondente débitos ou créditos retidos por meio de outros resultados abrangentes no período em que ocorre. As mensurações não são reclassificadas no resultado em períodos subsequentes.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado nas seguintes datas, a que ocorrer primeiro:

- a data de alteração do plano ou redução significativa da expectativa do tempo de serviços;
- a data em que a Companhia reconhece os custos relacionados com reestruturação.

Os juros líquidos são calculados aplicando-se a taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Companhia reconhece as seguintes variações nas obrigações de benefício definido líquido em despesas administrativas na demonstração individual e do resultado.

**p) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**  
A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que são aprovados em Assembleia.

**q) Reconhecimento de receitas e custos operacionais**  
A Companhia atua no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica.

Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Para esse com planos de assistência à saúde, a Companhia entende que o mesmo deve atender os requerimentos do CPC 11 - Contratos de Seguros. Para os itens não enquadrados nesse pronunciamento a Companhia adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47 - Contratos com clientes.

**I. Reconhecimento de Receitas Operacionais**  
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento é recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (por rata die).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde", no subitem "Provisão de Contraprestação Não Ganha - PPCNG", conforme destacado na nota explicativa 19, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

**II. Receitas de Contratos com Clientes**  
**a) Prestação de serviços**  
A Companhia presta serviços de assistência à saúde e odontológica por meio de seus hospitais. Esses serviços são vendidos separadamente nos contratos com os clientes. A Companhia avaliou que os serviços são satisfatórios ao longo do tempo dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios dos serviços e identifica e analisou as diferenças de acordo com o novo pronunciamento, conforme descrito abaixo:

**Contraprestação variável**  
A Companhia possui dois tipos de glosas:

- Internas, as quais são realizadas pelos auditores das operadoras que fiscalizam os relatórios antes do faturamento dentro dos hospitais;
- Externas, glosas das faturas emitidas e enviadas para as operadoras e por diversos motivos podem ser ou não aprovadas.

A Companhia considera que as glosas são contraprestações variáveis, de acordo com a CPC 47.

Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade estima o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente.

A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente no contrato.

Sobre o valor da contraprestação variável, utilizando qualquer dos métodos da seguir, dependendo do método a entidade espera melhor prever o valor da contraprestação à qual tem direito:

- O valor esperado - é a soma de valores ponderados em função da probabilidade de uma gama de possíveis valores de contraprestação. O valor esperado pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação variável, se a entidade tiver grande número de contratos com características similares;
- O valor mais provável - é o valor único mais provável de uma gama de possíveis valores de contraprestação (ou seja, o resultado único mais provável do contrato). O valor mais provável pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação;
- Variável - se o contrato tiver apenas dois possíveis resultados (por exemplo, a entidade atingir um bônus de desempenho ou não).

**III. Reconhecimento dos custos dos serviços prestados**  
Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas), são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

**5. GERENCIAMENTOS DE RISCOS**  
A Companhia opera exclusivamente com planos de saúde, rede próprias (hospitais e pronto atendimento) e odontológicos, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e individuais. Os principais riscos decorrentes dos riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

**a) Risco de crédito**  
O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Companhia está exposta aos riscos de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contraprestações a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde e planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Companhia monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber.

A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está em acordo com a Resolução Normativa nº 435/2018 da ANS e em acordo com as deliberações do CPC 01 - Redução ao valor recuperável e do CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

A Companhia procura priorizar as aplicações diretamente em títulos públicos ou aplicações de baixo risco em bancos de primeira linha, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas.

A política de aplicação exige a necessidade de alocação dos recursos em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392/15, alterada pela RN 419/16, 427/17 e 430/17 da ANS, para a garantia das provisões técnicas.

**b) Risco de liquidez**  
A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações da Companhia, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Companhia procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e pela manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos.

Para isso, a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

**b.1 Gerenciamento do risco de liquidez**

Em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392/15, alterada pela RN 419/16, 427/17 e 430/17 da ANS, a Operadora mantém aplicações financeiras vinculadas e lastreadas para a cobertura das Reservas técnicas no montante de R\$ 653.691 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 560.692 em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019 o montante vinculado em custódia apresentou insuficiência tão somente no lastro, porém na data da publicação desta demonstração financeira a Operadora já havia regularizado.

**b.2 Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)**  
A gestão de ativos e passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (Assets and Liabilities Management). Essa metodologia consiste em um processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos com o objetivo de atingir determinado retorno com certo nível de risco.

**c) Risco cambial**  
A exposição da Companhia ao risco de variação nas taxas de câmbio afeta principalmente as aplicações financeiras em fundo cambial. A variação no câmbio pode afetar ainda o resultado financeiro da Companhia em função da variação da moeda estrangeira na qual a aplicação se baseia, porém essa exposição não gera impacto relevante no resultado da Companhia, uma vez que o montante registrado na rubrica de fundos cambiais é de R\$ 1.075 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.114 em 31 de dezembro de 2018).

**d) Risco de seguro**  
O modelo de negócio da Companhia é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano de saúde e odontológico, sendo que no segmento odontológico o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

Do desenvolvimento e na estruturação de plano de assistência à saúde e odontológica são levados em consideração o custo do atendimento, o modelo de atendimento que o beneficiário receberá, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde e odontológica, o modelo de utilização da rede própria ou contratada e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada.

Adicionalmente, a Companhia também analisa o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e odontológica e o impacto direto nos contratos com os clientes.

Do gerenciamento desses riscos a Companhia monitora a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação a sua rentabilidade.

**e) Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros**  
O risco de taxa de juros advém da possibilidade de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures.

A Companhia adota a política de aplicação em títulos pós-fixados para a maior parte das aplicações.

Por meio da Resolução Normativa (RN) 419/16 da ANS e em consonância com a Resolução do CMN nº 4.444 de 13 de novembro de 2015, estabeleceu nas Operadoras de saúde a diversificação de suas aplicações para ativos dados em garantia de reservas técnicas e diante desta requisição, a Operadora optou em adicionar em seu portfólio aplicação em títulos públicos pré-fixados.

O portfólio financeiro da Companhia está em sua quase totalidade exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico - Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo o restante indexado à taxa SELIC.

A Companhia no período não contratou nenhuma operação de contratos indexados a outras moedas/taxas, exceto pelos itens mencionados na nota explicativa nº 5.c e 5.e (análise de sensibilidade).

A Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

A composição das aplicações financeiras está demonstrada na nota explicativa nº 7.

A Companhia possui captação em empréstimos e financiamentos e debêntures, ficando expostas a variação da taxa CDI. A composição de empréstimos e financiamentos e das debêntures está sendo apresentada nas notas explicativas nº 22 e 23, respectivamente.

**Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros**  
Para efeito de análise de sensibilidade a Companhia adotou taxas vigentes em datas próximas à da apresentação das referidas Informações Financeiras, utilizando para Selic e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade das mesmas. Na projeção do cenário provável, para os cenários I e II estas taxas foram acrescidas e diminuídas em 25% e 50%, respectivamente.

Dessa forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses considerando os saldos em 31 de dezembro de 2019:

Aplicações financeiras	Indexador	Risco % - a.a. <sup>1</sup>	R\$ Provável	Taxa	31 de dezembro de 2019									
					Redução dos juros		Aumento de juros							
					-25%	-50%	Taxa	25%	Taxa	50%				
<b>CDBs</b>														
LFTs	CDI	Baixa	4,59%	630.614	28.945	3,44%	21.693	2,30%	14.504	5,74%	36.197	6,89%	43.485	
CDIs	Selic	Baixa	4,50%	124.215	5.590	3,38%	4.198	2,25%	2.795	5,63%	6.993	6,75%	8.348	
Fundo de renda fixa abertos	CDI	Baixa	4,59%	130.167	5.975	3,44%	4.478	2,30%	2.994	5,74%	7.472	6,89%	8.969	
Operações compromissadas	CDI	Baixa	4,59%	1.703	78	3,44%	59	2,30%	39	5,74%	98	6,89%	117	
LFs	CDI	Baixa	4,59%	191.913	8.805	3,44%	6.602	2,30%	4.414	5,74%	11.016	6,89%	13.263	
			<b>1.078.612</b>	<b>49.396</b>		<b>37.030</b>		<b>24.746</b>		<b>61.776</b>		<b>74.143</b>		
<b>Empréstimos e financiamentos</b>														
Capital de Giro	CDI	Alta	4,59%	(36)	(2)	3,44%	(1)	2,30%	(1)	5,74%	(2)	6,89%	(2)	
	85%CDI+													
Emprestimo Citibank	1,955%a.a.	Alta	CDI	5,93%	(202.295)	(11.996)	4,94%	(9.993)	3,95%	(7.991)	6,93%	(14.019)	7,93%	(16.042)
Leasing	CDI	Alta	CDI	4,59%	(214)	(10)	3,44%	(7)	2,30%	(5)	5,74%	(12)	6,89%	(15)
Outros	CDI	Alta	CDI	4,59%	(52)	(2)	3,44%	(2)	2,30%	(1)	5,74%	(3)	6,89%	(4)
			<b>(202.597)</b>	<b>(12.010)</b>		<b>(10.003)</b>		<b>(7.998)</b>		<b>(14.036)</b>		<b>(16.063)</b>		
<b>Debêntures</b>														
100% Taxa DI +														
1,6% a.a.	Alta	CDI	6,26%	(816.406)	(51.107)	5,10%	(41.637)	3,94%	(32.166)	7,43%	(60.659)	8,60%	(70.211)	
			<b>(816.406)</b>	<b>(51.107)</b>		<b>(41.637)</b>		<b>(32.166)</b>		<b>(60.659)</b>		<b>(70.211)</b>		
<b>Outros Passivos</b>														
Obrigações Contratuais	100% do CDI	Alta	CDI	4,59%	(21.419)	(983)	3,44%	(737)	2,30%	(493)	5,74%	(1.229)	6,89%	(1.476)
Obrigações Contratuais	105% do CDI	Alta	CDI	4,82%	(8.935)	(431)	3,61%	(323)	2,42%	(216)	6,03%	(539)	7,23%	(646)
Obrigações Contratuais	90% do CDI	Alta	CDI	4,13%	(34.472)	(1.424)	3,10%	(1.069)	2,07%	(714)	5,17%	(1.782)	6,20%	(2.137)
Obrigações Contratuais	95% do CDI	Alta	CDI	4,36%	(13.935)	(608)	3,27%	(456)	2,19%	(305)	5,45%	(759)	6,55%	(913)
Obrigações Contratuais	CDI	Alta	CDI	4,59%	(368.631)	(16.920)	3,44%	(12.681)	2,30%	(8.479)	5,74%	(21.159)	6,89%	(25.399)
			<b>(447.392)</b>	<b>(20.366)</b>		<b>(15.266)</b>		<b>(10.207)</b>		<b>(25.468)</b>		<b>(30.571)</b>		

<sup>1</sup> A coluna % a.a (cenário provável) as taxas foram obtidas no site do Bradesco - Projeção Bradesco Longo Prazo publicada em 10 de janeiro de 2020.

**6. DISPOSIÇÃO**  
As aplicações financeiras de liquidez imediata tem convertibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitas a um significativo risco de mudança de valor, e a Companhia tem direito de resgate imediato.

	2019	2018
Caixa e bancos	22.729	7.695
Aplicações de liquidez imediata	121.832	107.921
	<b>144.561</b>	<b>115.616</b>

**7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

Valor justo por meio do resultado	Níveis	Vencimentos		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos				
		2019	2018				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i)	1	26.175	98.040	124.215	124.215	631.315	631.315
Letras Tesouro Nacional - LTN (i)	1	112.451	-	112.451	112.451	-	-
Certificado Depósitos Bancários - CDB (ii)	2	630.614	540	630.614	630.614	531.218	531.218
Operações compromissadas (iii)	2	1.703	-	1.703	1.703	-	-
Fundo de renda fixa abertos (iv)	2	129.917	250	130.167	130.167	149.434	149.434
Fundo Cambial (iv)	2	1.075	-	1.075	1.075	1.114	1.114
Letras Financeiras - LF (v)	2	191.913	-	191.913	191.913	180.838	180.838
Outros títulos de renda fixa	2	-	-	-	-	12	12
		<b>980.857</b>	<b>211.281</b>	<b>1.192.138</b>	<b>1.192.138</b>	<b>923.931</b>	<b>923.931</b>
			<b>Circulante</b>			<b>895.504</b>	
			<b>Não Circulante</b>			<b>28.427</b>	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Movimentação dos créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora:

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Saldo inicial do exercício	85.390	81.159
Saldo incorporado	46.488	12.754
Recursos de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora	485.940	386.283
Co-participação	141.282	124.647
Recembimentos	(555.541)	(498.343)
Provisão glosa sobre crédito	5(102)	(15.890)
(Provisão)/reversão sobre perda sobre crédito	(113)	(5.219)
Perda efetiva	325.596	279.877
Saldo no final do período/exercício	198.044	85.390

A movimentação das provisões para perdas sobre crédito é como segue:

	Planos de saúde		Não relacionado com plano de saúde		Total
	2019	2018	2019	2018	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(28.334)	(7.695)	(36.029)		
Saldo incorporado	(29.585)	(4.359)	(33.944)		
Reclassificação	(3.017)	3.017	—		
Constituição	(285.202)	(70.806)	(356.008)		
(-) Reversão	312.667	73.273	385.940		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(33.471)	(6.570)	(40.041)		

9. DESPESAS DIFERIDAS E DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS  
As despesas de comercialização são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou com a expectativa conforme Nota Técnica Atuarial (NTA) e são refletidas no saldo da conta "Despesas de comercialização diferidas" no ativo circulante e não circulante. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as despesas de comercialização diferidas estão compostas da seguinte forma:

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Saldo inicial do exercício	256.310	222.845
Saldo incorporado	13.443	—
Constituições	314.270	179.182
(-) Amortização	(219.190)	(145.717)
Saldo no final do exercício	364.833	256.310
Ativo circulante	186.085	143.583
Ativo não circulante	178.748	112.727

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS  
Os créditos tributários e previdenciários estão compostos da seguinte forma:

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Imposto de renda	42.834	11.994
Contribuição social sobre o lucro	9.097	4.582
Imposto de renda retido na fonte	6.899	11.922
Crédito de previdência social	16.820	1.040
Créditos de PIS e COFINS	5.773	3.623
Crédito de ISS	628	414
Créditos tributários e previdenciários	82.051	33.575

11. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Depósito judicial ISS - SP (a)	258.215	181.412
Estoques (b)	43.754	33.385
Adiantamento a funcionários	12.069	6.552
Adiantamento de comissões	956	4.828
Adiantamento a fornecedores	21.767	21.767
Outros títulos a receber	9.005	6.115
	345.766	245.257

(a) Refere-se a depósitos judiciais relativos ao Imposto sobre Serviços (ISS). O valor depositado é relacionado à provisão demonstrada na nota explicativa nº 20. Em virtude de ser realizado na data de vencimento do tributo, ou seja, no mês subsequente ao da provisão há um descasamento entre o depósito judicial e a provisão.

(b) Estoques

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Material cirúrgico	19.615	14.792
Medicamentos	13.548	12.031
Material de escritório	883	664
Material gráfico	609	569
Material de limpeza	514	304
Material para SND	869	738
Material de radiologia	603	378
Material de cozinha	49	32
Uniformes	1.057	837
Outros	6.007	3.040
	43.754	33.385

12. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Contas a receber de planos de saúde (a)	7.127	12.264
Depósitos caução	2.075	2.075
Bloqueio judicial	5.190	2.121
Imóveis a receber	2.314	—
Outros títulos	2.958	11
	19.664	16.471

(a) Refere-se a valores a receber de beneficiários dos nossos planos de saúde que estão discutindo judicialmente cláusulas contratuais e efetuaram depósitos judiciais.

13. ATIVO FISCAL DIFERIDO E PROVISÃO PARA TRIBUTOS DIFERIDOS

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:		
Provisões para ações judiciais (Contingência cíveis, fiscais e trabalhistas)	159.636	63.631
Provisão para perdas sobre crédito (PPSC)	23.604	18.629
Provisão de eventos do SUS	78.694	43.005
Crédito fiscal de ágrio apurado na incorporação (*)	154.413	210.301
Provisão infrações ANS	1.603	3.658
Outras adições	22.876	15.148
Ativo fiscal diferido	440.826	354.372

16. INVESTIMENTOS

a) A movimentação do investimento na Companhia ocorreu da seguinte forma:

	Operadora de planos de assistência à saúde						Participação Societária								
	São José	Belo Dente <sup>2</sup>	Mediplan	SAMED <sup>1</sup>	Largent <sup>1</sup>	Bonelli <sup>1</sup>	São Bernardo	Hospital Nova Vida <sup>2</sup>	Assistencial <sup>2</sup>	Hospital Samaritano	Maternidade Samaritano	Nanci & Cia	Outras sociedades	Ghelfond Participações	Não Reguladas
Saldo em 31 de dezembro de 2018	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Baixa por incorporação empresas do grupo	—	—	—	7.832	174.090	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ajuste de investimento - controladas	—	—	—	(9.019)	(197.704)	1.726	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Investimentos adquiridos	56.728	77.463	149.708	—	—	—	4	—	149.071	637	53.116	157.471	—	9	
Baixa de Investimento	600	(368)	48.000	—	—	—	45.000	—	—	—	—	—	—	(439)	
AFAC em investida	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4.000	—	
Integração de capital	—	(2.915)	(4.075)	515	10.585	—	(2.890)	—	—	—	—	—	—	(97.600)	
Amortização de mais valia sobre imobilizado/intangível	—	(2.915)	(4.075)	515	10.585	—	(2.890)	—	—	—	—	—	—	(97.600)	
Equivalência patrimonial do período	(988)	2.526	6.427	672	13.029	1.134	11.321	—	19.847	3.287	2.704	(15.877)	—	52.362	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	56.340	77.036	200.060	—	—	—	359.403	—	168.231	3.924	55.820	153.874	—	11	
Ativo	19.233	19.555	85.510	—	—	—	217.584	—	49.725	4.440	29.631	(10.915)	—	—	
Passivo	15.239	8.955	35.371	—	—	—	39.036	—	47.429	15.614	25.227	11.080	—	—	
Patrimônio líquido	4.694	10.600	50.139	—	—	—	178.548	—	2.296	(11.174)	4.404	(21.995)	—	—	
Resultado do período	(988)	2.533	6.427	—	—	—	11.321	—	19.847	3.287	2.704	(7.597)	—	—	
% Participação societária	100%	99%	100%	—	—	—	100%	—	100%	100%	100%	100%	—	—	

<sup>1</sup> Empresas incorporadas em 1 de março de 2019, vide nota 2.c.

<sup>2</sup> Empresas incorporadas em 2 de janeiro de 2019, vide nota 2.a.

<sup>3</sup> Cessão de quota Belo Dente: A diferença na equivalência patrimonial está relacionada a cessão de 1 quota para a controladora BCBF Participações S.A. realizada em 21 de outubro de 2019, vide nota 2.e.

17. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - dezembro		31 de dezembro de 2019						31 de dezembro de 2018					
	Vida útil	% a.a.	Incorporação	Aquisições	Baixas	Reclassificação	Depreciações	Incorporação	Aquisições	Baixas	Reclassificação	Depreciações		
	25 a 50 anos	2%	325.828	29.136	31.945	(9)	22.080	(6.233)	402.747	217	(92)	217		
Terrenos e imóveis	25 a 50 anos	2%	402.747	415.146	73.204	(485)	31.481	(8.331)	913.762	—	—	—		
Veículos	1 a 10 anos	20%	217	227	—	—	—	(225)	219	—	—	—		
Instalações	5 a 10 anos	14%	4.913	615	—	—	15	(690)	4.833	—	—	—		
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	14%	29.335	74.099	19.736	(568)	3.656	(14.726)	171.532	—	—	—		
Móveis e utensílios	1 a 15 anos	10%	86.250	6.433	7.405	(222)	3.148	(3.112)	39.902	—	—	—		
Equipamentos de computação	5 a 15 anos	25%	19.309	5.879	835	(4)	7.730	(8.427)	25.322	—	—	—		
Imobilizações em curso	—	—	74.334	19.113	67.569	(2.504)	(39.789)	(118.723)	74.334	—	—	—		
Benefitárias em imóveis de terceiros	—	—	98.957	1.566	84.700	(1.399)	(7.752)	(15.369)	159.703	—	—	—		
			716.062	523.078	253.449	(5.182)	(2.511)	(50.880)	1.434.016	—	—	—		

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre a deterioração de ativos ("impairment"). Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não havia indicadores de impairment sobre o imobilizado.

O montante de depreciação apurada no exercício é registrado no resultado nas rubricas "Eventos indenizáveis líquidos" e "Despesas administrativas" conforme notas explicativas nº 27 e 32, respectivamente.

A Administração não identificou eventos ou circunstâncias que requerem modificação nas estimativas de vida útil econômica para os itens apresentados no ativo imobilizado das demais empresas do grupo.

Durante o período, a Companhia adquiriu ativos imobilizados ao custo total de R\$ 253.449 dos quais R\$ 185.437 foram aquisições com pagamentos no período efetivos para aquisição de imobilizado e R\$ 68.012 estão provisionados em rubricas do passivo da Companhia.

18. INTANGÍVEL

a. Movimentação do intangível

	31 de dezembro de		31 de dezembro de 2019						31 de dezembro de 2018					
	de 2018	Aquisições	Incorporação	Baixas	Reclassificação	Amortização	de 2019	de 2018	Aquisições	Incorporação	Baixas	Reclassificação	Amortização	
Aquisição carteira plano saúde	49.940	—	170.923	—	183	(16.333)	204.713	49.940	—	170.923	—	183	(16.333)	
Sistema de computadores	18.950	3.832	5.473	(14)	(354)	(7.906)	19.981	18.950	3.832	5.473	(14)	(354)	(7.906)	
Agio adquirente de aquisição de investimento	388.619	—	1.001.649	—	—	—	1.390.268	388.619	—	1.001.649	—	—	—	
Ativos intangíveis	2.174	4.050	—	—	2.664	—	8.888	2.174	4.050	—	—	2.664	—	
Outros ativos intangíveis	3.992	—	—	(16)	18	(65)	3.929	3.992	—	—	(16)	18	(65)	
	463.675	7.882	1.178.045	(30)	2.511	(24.304)	1.627.779	463.675	7.882	1.178.045	(30)	2.511	(24.304)	

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre o s valor de recuperação ("impairment"). Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não havia indicadores de impairment sobre o intangível.

A Administração não identificou eventos ou circunstâncias que requerem modificação nas estimativas de vida útil econômica para os itens apresentados no ativo intangível das demais empresas do grupo.

Durante o período, a Companhia e suas Controladas adquiriram ativos intangíveis ao custo total de R\$ 59.879 dos quais R\$ 1.374 foram aquisições com pagamentos no período e R\$ 58.505 estão provisionados na rubrica de "Formecedores".

(a) Refere-se a aquisição de carteira de plano de saúde e odontológico conforme quadro a seguir:

Grupo/Empresa	Composição da carteira	
	Data	31 de dezembro de 2019
Grupo Notre Dame	21/05/2014	397
Grupo Santamália	16/11/2015	6.225
Hospital Family	23/12/2015	77.149
Unimed ABC	23/09/2016	15.512
Grupo Cruzeiro do Sul	31/01/2018	15.403
Grupo SAMED	01/10/2018	25.695
Grupo Green Line	01/01/2019	139.552
		204.713

As carteiras são amortizadas respeitando as vidas úteis conforme quadro a seguir:

Carteira	Vida útil
Odontológica	3 a 11 anos
Saúde	6 a 16 anos

(b) Refere-se aos ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura com vida útil indefinida e de trabalho, sendo, sempre que necessário, apurada a recuperabilidade da unidade geradora de caixa ("impairment").

Composição do passivo

Grupo/Empresa	31 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2018	
	Data	31 de dezembro de 2019	Data	31 de dezembro de 2018
Grupo Santamália	16/11/2015	125.405	16/11/2015	125.405
Hospital Family	23/12/2015	77.149	23/12/2015	77.149
Unimed ABC	23/09/2016	71.476	23/09/2016	71.476
SAMCI/IBRAGE	01/03/2017	22.232	01/03/2017	22.232
Grupo Nova Vida	03/07/2017	148.566	03/07/2017	148.566
Grupo Cruzeiro do Sul	31/01/2018	56.310	31/01/2018	56.310
Grupo Samed	01/10/2018	76.629	01/10/2018	76.629
Grupo Green Line	01/01/2019	812.501	01/01/2019	812.501
		1.390.268		388.619

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

20. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	31 de dezembro de 2019	2018
Imposto sobre serviços (ISS)	270.083	188.837
Contribuição previdenciária	6.483	4.891
FGTS	3.327	2.397
PIS e COFINS	13.276	8.947
Contribuições sindicais e assistenciais	405	61
Parcelamento de tributos e contribuições	8.234	2.261
Outros	1.954	2.668
<b>Impostos a recolher</b>	<b>303.762</b>	<b>210.062</b>
Imposto de renda - funcionário	12.926	7.294
Imposto de renda - terceiros	5.218	5.004
Imposto sobre serviços	3.008	2.013
Contribuição previdenciária retida	2.895	1.452
Retenção PIS/COFINS/CSLL	13.506	6.292
Outros impostos retidos	-	207
<b>Impostos retidos a recolher</b>	<b>37.553</b>	<b>22.262</b>
<b>Tributos e encargos a recolher</b>	<b>341.315</b>	<b>232.324</b>

	31 de dezembro de 2019	2018
Obrigações trabalhistas	145.905	103.088
Fornecedores	113.151	72.610
Depósito de terceiros	25.169	1.825
Recebimento antecipado cliente	51	1.028
Débitos diversos	18.833	7.187
Obrigações contratuais (a)	29.153	7.440
<b>Total circulante</b>	<b>332.262</b>	<b>193.178</b>
Obrigações contratuais (a)	418.239	203.369
Taxa de Saúde - HSB	9.950	-
Contas a pagar - HSB	52.005	-
Provisões para plano de benefícios com empregados	2.808	2.757
Adiantamento parceria banco	6.250	9.250
Outros	10.941	-
<b>Total não circulante</b>	<b>500.193</b>	<b>215.376</b>
	<b>832.455</b>	<b>408.554</b>

(a) Obrigações contratuais  
Refere-se a obrigações contratuais nas aquisições de empresas, líquida de juros (AVP), e transações com partes relacionadas, como demonstrado abaixo:

	Indexador	Vencimento	31 de dezembro de 2019	2018
Grupo Santamília	CDI	22/07/2020	-	6.781
Hospital Family	CDI	01/05/2021	14.964	14.758
SAMCI/IBRAGE	CDI	27/12/2021	11.208	11.432
Grupo Nova Vida	CDI	08/07/2022	21.643	22.146
Unimed ABC	-	22/09/2022	29.153	35.867
Hospital São Bernardo	CDI	23/02/2023	30.966	42.040
Grupo Cruzeiro do Sul	CDI	22/02/2024	20.997	23.120
Grupo Samed	CDI	25/01/2025	37.421	54.665
Grupo Mediplan	90% do CDI	25/05/2025	34.472	-
Belo Dente	95% do CDI	03/07/2025	13.935	-
Grupo Green Line	CDI	01/01/2025	202.279	-
Grupo Ghelfond	105% do CDI	28/11/2024	8.935	-
Grupo São José	100% do CDI	18/11/2025	21.419	-
			<b>447.392</b>	<b>210.809</b>

(b) O saldo registrado nessa rubrica se refere à taxa de saúde suplementar recolhida trimestralmente da incorporada Green Line Sistema de Saúde S.A., conforme RN 89/2005, em que se calcula a quantidade de beneficiários de acordo com a faixa etária, sendo que R\$ 44.838 está parcelado junto à ANS e R\$ 19.355 está em discussão.

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

	Indexador	Vencimento	Amortização	Juros a.a. (%)	31 de dezembro de 2019	2018
Capital de Giro	Citibank	85% CDI + 1,955%a.a.	28/12/2017 a 28/12/2020	Semestral	202.295	265.676
Leasing	Bradesco	CDI	13/07/2015 a 13/07/2020	Mensal	14,14%	- 140
Capital de Giro	Bradesco	CDI	08/06/2015 a 08/06/2020	Mensal	14,14%	36 109
Leasing	Bradesco	CDI	19/09/2017 a 19/09/2020	Mensal	18,62%	84 -
FINAME	Bradesco	Prefixado	23/06/2014 a 15/04/2019	Mensal	6,00%	- 8
Leasing	Bradesco	CDI	19/09/2019 a 19/08/2020	Mensal	18,62%	47 -
Leasing	Bradesco	CDI	19/09/2019 a 19/08/2020	Mensal	18,62%	83 -
Outros					52	36
					<b>202.597</b>	<b>265.971</b>
						Circulante
					202.597	133.086
						Não Circulante
					-	132.885

A Companhia entende que os empréstimos e financiamentos estão registrados próximo ao seu valor justo, classificado como nível 2. Apresentamos a movimentação em 31 de dezembro de 2019 e de 31 de dezembro de 2018:

	31 de dezembro de 2019	2018
Saldo inicial do exercício	265.917	638.455
Saldo Incorporado	37.189	5.216
Amortização do principal	(105.199)	(372.721)
Juros Pago	(13.146)	(36.642)
Ajuste valor presente	191	62
Juros	17.591	31.601
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>202.597</b>	<b>265.971</b>

	Unidades emitidas	Emissão	Vencimento	Encargos médios	Captação	2019	2018
3ª emissão	800.000	01/08/2019	01/08/2024	100% Taxa DI + 1,6% a.a.	800.000	816.406	-
2ª emissão	350.000	15/12/2017	15/12/2019	108,5% a.a. do CDI	350.000	-	350.286
						816.406	350.286
							350.286
							798.117

a) Terceira emissão pública  
A Companhia captou, em 1º de agosto de 2019, o montante de R\$ 800.000, por meio de emissão de 800 debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 1, com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de repasse de recursos para o desenvolvimento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço do capital de giro.

O prazo total é de 5 anos contados da data de emissão, sendo que a remuneração será paga em 3 parcelas anuais, sendo o primeiro pagamento no 3º ano contado da data de emissão, em que o primeiro pagamento será em 1º de agosto de 2022 e o último em 1º de agosto de 2024. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + spread 1,60% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

b) Segunda emissão pública  
Em 15 de dezembro de 2019 a Companhia liquidou a segunda emissão pública nos termos do contrato. A movimentação das debêntures pode ser assim demonstrada:

	31 de dezembro de 2019	2018
Saldo em 31/12/2018	350.286	-
Captação de debêntures	800.000	-
Custos de captação	(4.427)	-
Juros creditados	42.184	-
Apropriação do custos de captação	923	-
Pagamento principal	(350.000)	-
Juros pagos	(22.560)	-
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>816.406</b>	<b>350.286</b>

A amortização do saldo das debêntures ocorrerá conforme cronograma abaixo:

	Circulante	Não circulante	31 de dezembro de 2019	2018
12 meses	18.289	-	18.289	-
13 a 24 meses	-	-	-	-
25 a 36 meses	-	265.961	265.961	-
37 a 48 meses	-	265.961	265.961	-
49 a 60 meses	-	266.195	266.195	-
	<b>18.289</b>	<b>798.117</b>	<b>816.406</b>	<b>350.286</b>

A Companhia entende que as debêntures estão registradas próximas do seu valor justo e classificadas como nível 2.

**Cláusulas Restritivas (Covenants)**  
A Companhia possui cláusulas restritivas que podem requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento da dívida se a Companhia não cumprir com essas cláusulas restritivas.

A 3ª emissão pública emitida pela Companhia possui índice e montante mínimo e máximo, conforme a cláusula restritiva do contrato que são: A relação entre dívida líquida e o EBTIDA ajustado da Companhia, precisa ser igual ou inferior a 2,5 (dois e meio), durante a vigência de contrato e atualizado conforme cláusula contratual.

A Companhia se encontra adimplente com "covenants".  
A Companhia possui recursos suficientes para honrar com o cumprimento do contrato.  
Como garantia real, o Fianador Original concede fiança em favor dos debenturistas conforme termos do contrato de emissão de debêntures.

**Resgate antecipado**  
A emissão da Companhia poderá ser resgatada antecipadamente, a partir da data vinculada no contrato de emissão, mediante comunicação escrita ao Agente Fiduciário e publicação de aviso aos debenturistas.

**24. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS E FISCAIS**  
Durante o curso normal de seus negócios, a Operadora fica exposta a certas contingências e certos riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, cíveis e tributários em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na opinião dos consultores jurídicos da Operadora, para os casos em que a perda é considerada provável, e, também, independentemente do prognóstico de perda, todos os processos cuja lide enseje obrigação originada em lei.

	31 de dezembro de 2018	Saldo incorporado	Principal/(reversão)	Pagamentos	Atualização	31 de dezembro de 2019
Fiscais	98.916	280.778	1.252	-	2.105	383.051
Trabalhista	130.202	67.437	17.201	(19.336)	10.188	205.692
Cíveis	120.474	105.603	27.276	(36.210)	231.795	342.638
	<b>349.592</b>	<b>453.818</b>	<b>45.729</b>	<b>(55.546)</b>	<b>26.945</b>	<b>820.538</b>

	31 de dezembro de 2017	Saldo incorporado	Principal/(reversão)	Pagamentos	Atualização	31 de dezembro de 2018
Fiscais	75.676	20.765	(593)	-	3.068	98.916
Trabalhista	78.079	36.345	23.559	(16.338)	8.557	130.202
Cíveis	94.047	9.548	32.102	(25.168)	9.945	120.474
	<b>247.802</b>	<b>66.658</b>	<b>55.068</b>	<b>(41.506)</b>	<b>21.570</b>	<b>349.592</b>

Provisões para ações judiciais de natureza:  
Fiscais  
A Companhia questiona judicialmente a incidência do ISS (município de São Paulo) sobre seu faturamento durante o período de dezembro de 2001 a dezembro de 2002. Em decisão de 1ª instância foi julgado procedente a ação. Diante do acórdão que deu provimento ao recurso de apelação da municipalidade, foram opostos embargos infringentes.

A Companhia discute judicialmente o direito à incidência do ISS sobre diferença entre os valores recebidos na atividade de plano de saúde e os repassados a terceiros que efetivamente prestaram o serviço. Houve o trânsito em julgado favorável à Companhia determinando a conversão em renda dos valores devidos aos terceiros através de depósito judicial, face a indisponibilidade sistêmica da municipalidade. Diante da decisão terminativa do processo a municipalidade iniciou procedimento interno para operacionalização do "modus operandi" para recolhimento sistêmico.

Companhia questiona judicialmente a tributação do ISS no município de Campinas sobre as atividades desenvolvidas nesta municipalidade e a constitucionalidade do item 4.23 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116/2003 e da Lei Municipal nº 11.829.

A Companhia questiona judicialmente a suspensão da Execução Fiscal indevida objetivando a cobrança de supra crédito tributário a título de ISS referente ao exercício de 2005. Foi determinada judicialmente a anulação da Execução Fiscal e a Companhia aguarda julgamento dos Embargos.

A Companhia questiona judicialmente a aplicação do Fator Acidental e da Prevenção (FAP) sobre a alíquota prevista para a contribuição ao SAT/RAT, determinando-se à Autoridade coatora que se abstenha da prática de quaisquer atos tendentes à cobrança dos valores supostamente devidos, em razão da aplicação desse fator, dentre eles a negativa de renovação da Certidão de Regularidade Fiscal. Requer-se, outrossim, o reconhecimento do direito de crédito da Impeprante.

A Companhia questiona judicialmente o auto de infração relativo às diferenças de valores de recolhimentos do Plano de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, baseado na premissa de suposta existência de relação de vínculo empregatício e trabalhista (pessoas jurídicas).  
Adicionalmente a Companhia é parte reclamada em certas ações de natureza cível e trabalhista, sendo que aquelas com probabilidade de perda provável se encontram provisionadas pelos valores estimados de perda informados pelos seus consultores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou outras ações de natureza cíveis e trabalhistas no montante total reclamado de R\$ 428.356 (R\$ 545.185 em 31 de dezembro de 2018), de que acordo com os consultores jurídicos da Companhia apresentam probabilidades de perda possível, motivo pelo qual não foram provisionadas.

**25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
a) Capital Social  
Em Assembleia Geral Extraordinária realizado em 17 de dezembro de 2019 a Controladora da Companhia aumentou o capital em R\$ 300.000 passando o representativo de R\$ 2.157.225 para R\$ 2.457.225.

As ações representativas de R\$ 2.157.225 e integralizadas pela controladora BCBF Participações S.A., foram provenientes de seu aumento de capital realizado nessa mesma data por meio de recursos da Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social é de R\$ 2.457.225 (R\$ 1.093.355 em 31 de dezembro de 2018), totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.063.635.111 ações ordinárias, sem valor nominal (763.635.111 ações ordinárias, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2018).

b) Reservas de lucros  
Correspondem à parcela do lucro líquido remanescente, após as deduções legais e a constituição da reserva legal, ao final de cada exercício social, com o propósito de manutenção do capital de giro ou de futura distribuição aos acionistas.

(i) Reserva legal - constituída obrigatoriamente pela Operadora, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, deduzidos do prejuízo acumulado, até que seu valor atinja 20% do capital social.

(ii) Reserva estatutária - conforme Estatuto Social vigente, a Assembleia Geral decidirá sobre o saldo dos lucros remanescentes, após a dedução de prejuízos acumulados e destinação de reserva legal, a atribuição à reserva (retenção de lucros) para futuros aumento de capital, futuros abatimentos de prejuízos ou a distribuição complementar de dividendos.

c) Destinação do lucro  
O estatuto social da Operadora prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório, de no mínimo 5% sobre o lucro líquido a ser distribuído, observado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a legislação brasileira, a Operadora poderá distribuir juros sobre o capital próprio ("JCP") sendo que esta distribuição está sujeita ao imposto de renda na fonte (IRRF) a alíquota de 15% sobre o valor deliberado.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia distribuiu o montante de R\$ 99.500 a título de juros sobre capital próprio, líquida de Imposto de renda, e R\$ 14.400 de dividendos (R\$ 60.456 e R\$ 52.336 respectivamente em 31 de dezembro de 2018), conforme demonstrado abaixo:

	31 de dezembro de 2019	2018
Lucro líquido publicado no final do exercício	609.646	491.987
Lucro líquido no final do exercício	609.646	491.987
Reserva a disposição do acionista	-	-
	<b>609.646</b>	<b>491.987</b>
	(30.482)	(24.599)
	<b>579.164</b>	<b>467.388</b>

Deliberações AGE:  
Dividendos aprovados  
Juros sobre capital próprio

	2019	2018
Total distribuído	(14.400)	(52.336)
Lucro líquido disponível	(99.500)	(60.452)
	<b>(113.900)</b>	<b>(112.788)</b>
	<b>465.264</b>	<b>354.600</b>

Seguro Garantia  
Garantias sobre contratos de clientes

(i) Margem de solvência

	31 de dezembro de 2019	2018
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>3.940.019</b>	<b>2.078.744</b>
Adições:	14.599	36.577
(+) Intangível	4.094	7.990
(+) Obrigações legais classificadas no passivo não circulante	10.505	28.587
Deduções:	(2.334.570)	(838.784)
(-) Despesa de comercialização diferida	(364.833)	(256.309)
(-) Participações em entidades reguladas	(333.435)	(112.021)
(-) Ativo não circulante intangível	(1.627.779)	(463.675)
(-) Despesas antecipadas	(8.523)	(6.779)
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>	<b>1.620.124</b>	<b>1.276.537</b>
a) 0,20 média dos prêmios retidos dos últimos 12 meses	1.340.956	1.131.916
b) 0,33 média dos sinistros retidos dos últimos 36 meses	1.379.963	1.163.828
<b>Margem de solvência 77,90% (70,52% em 2018) (maior entre (a) e (b))</b>	<b>1.074.991</b>	<b>820.732</b>
<b>Suficiência de capital</b>	<b>545.133</b>	<b>455.805</b>

26. CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS

	31 de dezembro de 2019	2018
a. Contraprestações emitidas de assistência à saúde	6.581.106	5.541.012
Contraprestações emitidas de assistência odontológica	244.286	218.769
Contraprestações canceladas	(27.915)	(15.786)
Contraprestações de assistência à saúde - assumidas	6.915	9.425
Contraprestações de assistência à saúde - transferidas	(99.455)	(93.841)
	<b>6.704.937</b>	<b>5.659.579</b>

b. Corresponsabilidades  
A Agência Nacional de Saúde (ANS), publicou a RN 946/19 em 01 de novembro de 2019, que altera o capítulo V da RN 435/2018, que dispõe sobre a divulgação do reconhecimento dos valores em Corresponsabilidade transferida e assumida nos exercícios findos em 2019 e 2018.

	31 de dezembro de 2019	2018
Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	6	-
Total cobertura assistencial preo preestabelecido	3.268	2.946
	<b>3.268</b>	<b>2.946</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)**

**38. INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

**a) Aquisição Ecole Serviços Médicos Ltda.**

Em 17 de dezembro de 2019, em continuação ao plano de expansão da Companhia, foi assinado o acordo de intenção de compra e venda de quotas e outras vantagens para a aquisição da Ecole Serviços Médicos Ltda., localizados na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

O valor da intenção de compra é no montante de R\$ 49.000,00, em que a forma de pagamento será concluída na data de fechamento da transação, descontados o endividamento apurado e uma parcela retida para contingências, se necessário.

A consumação da transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo as aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

**39. EVENTOS SUBSEQUENTES**

**a) Impactos do COVID-19 nas Demonstrações Financeiras**

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020, informamos que a administração da Companhia e de suas controladas vem, desde janeiro de 2020, monitorando atentamente a evolução do vírus Covid-19 em outros países, assim como os possíveis reflexos em nossa operação.

Dentre as medidas preventivas, criamos um comitê de crise que acompanha 24h por dia a evolução do atendimento em nossas unidades; aumentamos os estoques de materiais críticos de modo a garantir o suprimento mesmo em situações de rompimento temporário da cadeia produtiva ou logística; aceleramos a conclusão da entrega do novo hospital Intermédica ABC, que irá adicionar 100 leitos à nossa capacidade; elencamos quais as unidades que serão dedicadas para o atendimento e tratamento de pacientes com COVID-19 com o intuito de reduzirmos o risco de contaminação; e reescalamos a grade de cirurgias eletivas e não-emergenciais de modo a criar uma reserva de capacidade de leitos hospitalares, inclusive de UTI, dentre outras atividades.

Em paralelo, as medidas recentemente anunciadas pelos governos municipais, estaduais e federal assim como pelas autoridades sanitárias e de saúde visam conter a velocidade de expansão do vírus, evitando-se assim uma sobrecarga no sistema de saúde.

Estas e outras iniciativas visam a saúde dos nossos pacientes e também de nossas equipes médicas e assistenciais. Até a data da apresentação das demonstrações financeiras, não foram identificados impactos econômico-financeiros significativos que pudessem modificar nossas premissas de negócios, uma vez que utilizaremos prioritariamente nossa rede própria de atendimento, agora com grande parte dos recursos direcionados ao atendimento aos pacientes com suspeita de COVID-19 ao invés de outros atendimentos eletivos ou de rotina, conforme já amplamente divulgado por grande parte dos agentes de saúde públicos e privados. Além disto, iremos monitorar de perto os possíveis desdobramentos da crise sobre a atividade econômica, mas cuja intensidade é impossível de ser prevista neste momento.

**b) Aquisição Grupo São Lucas**

Em 23 de janeiro de 2020 foi concluída a aquisição do Grupo São Lucas, o Grupo Notre Dame Intermédica assumiu o controle da Companhia nessa data.

O valor da aquisição é de R\$ 358.111, conforme contrato assinado e foi pago em 23 de janeiro, uma parcela à vista de R\$ 288.111 e permanecerá uma parcela intermediária de R\$ 20.000 pelo prazo de 90 dias do termo de fechamento e uma parcela retida até 23 de janeiro de 2026 no montante de R\$ 50.000 para fazer face às contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual.

**Contraprestação**

(-) Parcela Intermediária

(-) Parcela retida

358.111

(20.000)

(50.000)

**288.111**

Em 20 de novembro de 2019, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) por meio do ato de concentração 08700.004955/2019-79, aprovou sem restrições a aquisição do grupo São Lucas.

Em 17 de janeiro de 2020, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou por meio do ofício nº 5/2020/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE, a aquisição do Grupo São Lucas.

A DIRETORIA

Atuária: Vivian de Lima Canoas - MIBA - 1481

Contador: Josué Laurentino da Silva - CRC 1SP 256.620/O-0

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Do Conselho de Administração, Acionistas e Administradores

**Notre Dame Intermédica Saúde S.A.**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Notre Dame Intermédica Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Notre Dame Intermédica Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

**Provisões para eventos ocorridos e não avisados - Peona**

A Companhia possui passivos relacionados a eventos ocorridos e não avisados que, conforme mencionado na nota explicativa 19, requerem a constituição de uma provisão baseada em nota técnica atuarial através da estimativa de eventos/sinistros que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Companhia. O cálculo atuarial é baseado no histórico de notificações recebidas dos prestadores de serviços, que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos de saúde recebidos até a data do balanço, conforme estabelecido pela Resolução Normativa 393/2015 emitida pela Agência Nacional de Saúde ("ANS").

Consideramos este um assunto relevante de auditoria devido à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas complexas de longo prazo e altamente subjetivas.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Dentre outros procedimentos, analisamos, com o auxílio de nossos especialistas atuários, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela administração na avaliação das obrigações atuariais decorrentes da Peona, verificando a exatidão matemática do cálculo e analisando a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria, testes das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas à Peona.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a Peona, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Avaliação de redução ao valor recuperável ("impairment") do ágio ("goodwill") registrado**

Conforme descrito na nota explicativa 18, em 31 de dezembro de 2019 os ativos da Companhia contemplavam o reconhecimento de ágios por expectativa de rentabilidade futura gerados em aquisições no montante de R\$ 1.390.268 mil, sendo formado por ágios apurados na aquisição de diversas entidades. O valor recuperável do ágio é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. A avaliação e a necessidade ou não de registro de provisão para perda ao valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança.

Devido à relevância do valor do ágio, às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto que eventuais alterações das premissas de taxas de desconto e de crescimento das vendas no período de projeção e na perpetuidade poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, envolvemos nossos profissionais especialistas em avaliação para auxílio nas análises sobre as projeções de resultados e avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado. Também, efetuamos testes sobre essas projeções, que incluíram, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas; ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria e cenário econômico financeiro do ambiente nacional; e iii) análise do uso de método de avaliação e de informações externas.

Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação à avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de redução ao valor recuperável adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Ambiente de tecnologia**

O processamento das transações da Companhia é dependente da sua estrutura de tecnologia para o desenvolvimento de suas operações e para a continuidade de seus processos de negócios.

A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras e, por esse motivo, consideramos essa área significativa para nossa auditoria.

**Como a nossa auditoria conduziu esse assunto**

No contexto de nossa auditoria, com o auxílio dos nossos especialistas, aplicamos procedimentos de avaliação do ambiente de tecnologia da informação da Companhia, incluindo a avaliação da implementação e eficácia operacional dos controles automatizados dos sistemas aplicativos, tendo sido identificadas deficiências relacionadas ao processo de gestão de acessos e mudanças das aplicações de TI relacionadas.

As deficiências no desenho e na operação dos controles internos relativos aos controles gerais de tecnologia alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obter evidências suficientes e adequadas de auditoria. Nossos testes do desenho e da operação dos controles gerais de TI e dos controles de aplicativos considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudessemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluirmos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2020